



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção oral

A Lei do planeamento urbanístico foi elaborada em 2013 e estipula que as autoridades têm de criar um plano director, e, com base nisto, elaborar planos de pormenor das diversas zonas, em prol da conclusão do planeamento e do desenvolvimento urbanístico de toda a cidade.

A lei é de 2013 e entrou em vigor há mais de 6 anos, em Março de 2014, mas nada foi feito em relação ao planeamento urbanístico. A lei não prevê um calendário nem prazos para a definição dos planos urbanísticos, mas uma lei da iniciativa do Governo e aprovada pela AL tem sempre o seu rigor, por isso deve ser rigorosamente observada, e não se pode deixar que passe muito tempo sem ser concretizada e executada, por falta de um calendário ou de prazos concretos, pois este acto cria a impressão de que as autoridades consideram a lei como não se existisse.

Passados vários anos, as autoridades acabaram por afirmar que, em finais de 2020, iam avançar com a consulta pública sobre o plano director, só que, em Macau, de um modo geral, não há datas para as consultas. A lei prevê um regime procedimental para a elaboração dos planos urbanísticos, por isso, receio que, da consulta pública à análise e ao estudo das informações obtidas nessa consulta, e ainda à conclusão do relatório da referida consulta, bem como, por último, à elaboração do projecto do plano director de acordo com a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

conclusão do relatório, vai haver mais uma ronda de consulta pública (*“No âmbito dos procedimentos de elaboração dos projectos dos planos de pormenor, e antes da sua aprovação, a DSSOPT procede à divulgação e exposição dos projectos e à recolha de opiniões e sugestões dos titulares de direitos reais sobre terrenos de propriedade privada e dos concessionários de terrenos do Estado que possam vir a ser lesados pela sua execução”*, artigo 18.º, n.º 1, da Lei do planeamento urbanístico), e mais uma conclusão. Neste procedimento há ainda um Conselho do Planeamento Urbanístico que tem de se pronunciar sobre o assunto e ouvir os pareceres vinculativos dos diversos serviços, nomeadamente, do Instituto Cultural. Pode-se imaginar que a elaboração do plano director vai ser morosa, pois a consulta pública é só o “primeiro passo da Grande Marcha”.

A demora na elaboração do planeamento urbanístico impediu o desenvolvimento da cidade e da economia. Ultimamente, houve muitas opiniões na sociedade sobre a impossibilidade de aproveitar muitos terrenos desaproveitados, por falta de um planeamento urbanístico, o que causa irracionalidade e ineficácia na sua utilização, impedindo o desenvolvimento económico. Em Abril deste ano na AL, o Chefe do Executivo revelou que o Governo pretende promover uma economia sediada em Macau, atraindo grandes empresas a estabelecerem sedes aqui, através das vantagens do sistema da baixa carga tributária, da livre circulação de capitais e do estatuto de porto franco. Trata-se, em princípio, de um bom projecto, mas a insuficiência



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de escritórios de alto nível impede a concretização desta política. Segundo o mesmo, só depois da elaboração do planeamento urbanístico é que se pode definir a zona comercial, para então promover a construção desses escritórios, em articulação com a promoção da economia sediada em Macau. Face ao atraso na elaboração do planeamento urbanístico, receio que o plano director tenha de aguardar mais três, cinco ou sete anos, e, se se aguardar pela conclusão da elaboração dos planos de pormenor das diversas zonas, já nem se sabe com que Governo vai ser. Receia-se que as oportunidades fujam.

Assim, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. A Lei do planeamento urbanístico entrou em vigor em Março de 2014, mas, até à data, já se passaram 6 anos, e a lei determina a elaboração do plano director e de planos de pormenor das diversas zonas. Porém, até agora nada foi feito. A lei foi produzida há 6 anos. Porque é que não foi ainda concretizada? Será que o planeamento urbanístico não é importante e foi assim ignorado?

2. O Governo afirmou que, em finais de 2020, ia avançar com a consulta pública do plano director. Como a lei prevê um regime procedimental, as autoridades devem saber quais são os passos a seguir. As autoridades dispõem de planos e de calendários para o plano director, desde a consulta pública até à conclusão da sua elaboração? Será que é possível concluir o planeamento urbanístico segundo os procedimentos e os prazos definidos?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Durante o longo processo de elaboração do planeamento urbanístico, o desenvolvimento da cidade e da economia não pode esperar muito tempo. As autoridades devem, tendo em conta as necessidades prementes da sociedade, por exemplo, a construção urgente de instalações comunitárias importantes ou a necessidade de se articular com a política económica, adoptar medidas flexíveis e eficazes para resolver os problemas, a fim de responder às necessidades do desenvolvimento social e económico. Vão fazê-lo?

17 de Agosto de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San**